

Concursos públicos: customizar para aperfeiçoar

Anna Carolina Migueis

O concurso público é importante mecanismo para assegurar a isonomia e a impessoalidade na seleção de novos profissionais para os quadros da Administração Pública. Em uma sociedade de herança patrimonialista, a exigência constitucional de que o ingresso no funcionalismo público se dê por meio de concurso traz evidentes vantagens para a formação de uma burocracia técnica e meritocrática.

Mas a expansão dos concursos a partir da Constituição de 1988 trouxe também outro efeito: a sua massificação. Certames passaram a atrair milhares – até milhões – de inscritos, e os “concurseiros” se profissionalizaram. Já as provas e seus critérios de correção assumiram feições cada vez mais objetivas, adequadas à correção em larga escala aos olhos de candidatos bem treinados e orientados por assessoramento especializado.

O concurso público se tornou, assim, uma espécie de software de prateleira, lastreado em avaliações formuladas a partir de bancos de questões já previamente testadas e aprovadas por organizadoras profissionais. Um mesmo tipo de questão, com algumas adaptações, pode ser cobrado em provas para cargos absolutamente distintos, mas que tenham algum conteúdo programático em comum, a exemplo das quase onipresentes “Noções de Direito Constitucional”.

A objetivização visa a evitar a anulação de questões e a judicialização, mas pode produzir distorções no resultado do certame. O concurso não é um fim em si mesmo: ele deve aspirar não só a garantir isonomia e impessoalidade, como também a selecionar profissionais capacitados e com perfil compatível com as funções que irão desempenhar após a posse. Concurso não é linha de chegada, mas ponto de partida para a escolha de novos funcionários públicos.

As provas não devem refletir apenas habilidades teóricas dotadas de pouca ou nenhuma relação com o trabalho dos futuros servidores, como capacidade de memorização da letra fria da lei, reprodução de decisões jurisprudenciais, resolução de problemas hipotéticos de lógica ou reconhecimento da função sintática dos termos em uma frase de acordo com a norma culta do português.

É necessário adequar tanto o conteúdo programático dos editais quanto o estilo das questões de prova às atividades que serão efetivamente realizadas pelos aprovados, de modo a medir também seu conhecimento prático sobre o cargo e sua capacidade de lidar com problemas reais.

O concurso público precisa deixar de ser um software de prateleira para se tornar um produto mais customizado, com questões aptas à seleção de profissionais que tragam conhecimentos e habilidades efetivamente relevantes para o exercício de suas funções no dia seguinte à posse.

Está em discussão na Câmara dos Deputados o PL 252/2003, que estabelece normas gerais sobre concursos públicos. É relevante oportunidade para aperfeiçoarmos os concursos, e o Núcleo de Inovação da Função Pública - sbdp tem buscado [contribuir](#). O objetivo é tornar os concursos mais dinâmicos e conectados com a realidade, sem perder de vista seu papel moralizador na administração brasileira.